

O Pacto Econômico

Empresários e trabalhadores devem ser ouvidos pelo presidente José Sarney na tomada das grandes decisões sobre matéria econômica. Semana que vem, segundo industriais de São Paulo, a Granja do Torto inaugura esse programa de consultas, recebendo meia centena de empresários de todo o País para um encontro de "no mínimo cinco horas" com o presidente da República, escoltado por ministros da área econômica.

Controle de preços, custo do dinheiro, política salarial, Reforma Agrária, reforma Tributária, "déficit" público e dívida externa — eis o cardápio que será servido, em panela de ferro, aos convivas da presidência. O encontro marcaria o lançamento do "Pacto Econômico", na esteira do "Pacto Político" já inaugurado na área administrativa: Executivo e Legislativo trabalhando a quatro mãos.

O presidente José Sarney ilustra a importância da chamada "decisão por consulta": a renegociação da dívida externa, questão necessariamente política, exige perfeita comunhão do governo com a Nação, única maneira de fortalecer, politicamente, a frágil posição bancária do Brasil. Nessa matéria, o governo terá de hospedar a contribuição dos empresários e dos trabalhadores — os que, direta ou indiretamente, arcam com os custos e pagam as contas.

Pelas rotinas bancárias, o Brasil não se livrará do mata-burros da dívida externa. Na melhor das hipóteses, conseguirá reescalonar os prazos do pagamento do principal, agora que o balanço de pagamentos ensaia regredir e um "superávit" de US\$ 7 bilhões, no ano passado, para um

"déficit" de US\$ 140 milhões, em 1985. Estimativa atualizada do Banco Central.

A dívida externa, a inflação interna, a recessão industrial, a asfixia monetária, a explosão dos juros, a corrosão dos salários, a atrofia do emprego — são os galhos da mesma árvore do pecado original, a maneira do "déficit" público no paraíso do desperdício.

A discussão nacional do "déficit" público, bem maior que o previsto, não deve se contentar com a participação da classe política. O povo é o agente e o paciente do "déficit" cometido em seu nome e acaba pagando o pato enquanto contribuinte, trabalhador, consumidor.

Tanto assim, que o ministro José Hugo Castelo Branco, chefe do Gabinete Civil da presidência da República, repassou ao presidente José Sarney a sugestão da bancada do PMDB na Câmara Federal: a divulgação ampla, geral e irrestrita, de um documento-base sobre o "estado de calamidade" dos orçamentos nacionais — herança maldita do regime anterior.

O ministro Francisco Dornelles fez exatamente isso, dia 8 de maio, no Congresso Nacional. Mas o demonstrativo contábil não bate com a comunicação social. A "anatomia do descalabro", que se mede por um rombo de caixa de quase Cr\$ 90 trilhões, teria de ser exibida ao povo brasileiro. No primeiro movimento, um discurso do presidente José Sarney, em cadeia nacional de rádio e televisão.

Um dos autores da idéia, o deputado gaúcho Sinval Guazelli, vice-líder do PMDB, localiza dividendos políticos no projeto:

A) é preciso identificar as responsabilidades na frustração das promessas reformistas da Nova República, pois os recursos disponíveis para a execução dos projetos são "cinco vezes menores que o imaginado até março";

B) o entendimento do descalabro das contas do governo, pela opinião pública, facilitará a obra de restauração nacional, na medida em que prolongará o resíduo da tolerância coletiva, indispensável para a tomada de decisões corretivas, necessariamente penosas e naturalmente impopulares;

C) sufocada pela herança maldita do "déficit", da dívida e da inflação, a Aliança Democrática terá de contar com um mínimo de compreensão da opinião pública, agora que, por exigência do calendário, é lançada em praça pública, na caça aos votos para prefeito, seguida da caça aos votos para governador, para deputado, para senador, para Constituinte...

Como preservar o domínio político da sociedade sem realizar o projeto econômico prometido nos palanques das diretas e das indiretas?

Para o PMDB, estilingue convertido em vidraça, a cobrança popular já começou. Compreensível, mas precipitada, na opinião de Ulysses Guimarães: o governo está enjaulado no "déficit" monstruoso, que se avoluma, automaticamente, nos encargos financeiros da dívida pública e da dívida externa. Diria Edmar Bacha, presidente do IBGE: não é mais o "déficit" que provoca a dívida, agora é a dívida que realimenta o "déficit".

Desfecho digno do modelo econômico do Lisarb, o País dos contrários.